



Destinos do turismo: percursos para a sustentabilidade | de Helena Araújo Costa

por **Daniela Maria Rocco Carneiro** <danielarocco@ymail.com>

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento sustentável da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 05-nov-2013

Aceite: 17-mar-2014

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

CARNEIRO, D. M. R. Destinos do turismo: percursos para a sustentabilidade | de Helena Araújo Costa. Resenha de livro. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p.96-100, abr. 2014.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



PATROCÍNIO



O livro “Destinos do turismo: percursos para a sustentabilidade”, de Helena Araújo Costa, editora FGV, Rio de Janeiro, 2013 e 164 páginas é convite a uma inebriante e simbólica “viagem do conhecimento”. O percurso, isto é, a leitura, proporciona ao leitor uma “bagagem cultural” que certamente o ajudará a compreender e seguir melhor no desafiador caminho rumo ao turismo sustentável. A própria autora (2013) considera que a obra é uma “aventura”, dividindo-a em duas grandes partes. A primeira parte é denominada “sobrevoo”, pois é neste espaço que os principais conceitos e concepções são apresentados; e a segunda parte se refere ao “mergulho”, com a abordagem de temas específicos no campo do turismo e sustentabilidade. O texto que antecede a parte I é intitulado como “Iniciando o percurso”. Trata-se de uma breve apresentação do conteúdo e objetivos do livro, destinado sobretudo a iniciantes no assunto. É o momento crucial que Costa (2013) elege para afirmar que a sustentabilidade é um processo em contínua



construção (e não um fato, evento e/ou atributo) e é transversal. Além disso, suas três dimensões (ambiental, social e econômica) devem ser combinadas simultaneamente. Mais adiante, e quanto ao turismo sustentável especificamente, a autora (2013, p. 14) explica que é “[...] aquele que favorece um desenvolvimento na trajetória da sustentabilidade, na medida em que proporciona equilíbrio entre preservação de recursos naturais e promoção de crescimento econômico com inclusão social”. Quanto ao texto exposto após a parte II, e não menos importante, diz respeito à “travessia e direções futuras”, sinalizando ao leitor que aquela “viagem” não termina ali, pois é apenas o começo, coincidindo com desafios e oportunidades para estimular a sustentabilidade nos destinos do turismo.

Além das vivências como turista, pesquisadora e professora adjunta do Departamento de Administração da Universidade de Brasília (UnB), o livro resgata importantes reflexões da tese de doutorado da autora, defendida em 2009 no Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da UnB. Vale mencionar que a referida tese foi premiada com o segundo lugar pelo Prêmio FGV/Mtur para trabalhos em turismo.

Essencialmente, a parte I do livro ressalta quão o turismo é plural, por isso a relevância de se adotar a abordagem sistêmica de modo a contribuir para o planejamento e gestão de uma atividade turística mais sustentável. Vale destacar que essa abordagem possui grande respaldo da teoria de sistemas e que o turismo não é regido por um só sistema e cadeia produtiva. Ao contrário, além de seu caráter complexo, é marcante a multisetorialidade, e o modelo de Leiper corrobora para analisar os processos inerentes à dinâmica e complexidade do sistema turístico, bem como auxilia analistas/gestores a considerar a sustentabilidade em tal sistema.

É também na primeira parte da obra que Costa (2013) expõe diversos conceitos e seus principais fundamentos, como turismo, sistemas, cadeia produtiva, desenvolvimento sustentável, turismo

sustentável e ciclo de vida de destinos turísticos¹. Porém, merece especial destaque a conceituação de destinos turísticos, cuja definição ainda não é consensual na literatura. Mesmo assim, respaldada por Hunter (1997; 2002), a autora apresenta a classificação de quatro estágios do turismo em cada destino, a saber: i) pré-turismo (locais providos de potencial atratividade turística, porém estão marcados por pobreza e degradação ambiental. Neste contexto, o turismo surge como alternativa para atenuar esse cenário negativo); ii) destinos iniciantes (se referem àqueles locais que estão iniciando as primeiras ações, sendo assim, ocupam a posição inicial do ciclo de vida do turismo); iii) destinos em desenvolvimento (estes destinos já possuem um vínculo pouco maior com a produção turística) e iv) destinos consolidados (neste caso o destino já possui maior experiência em termos de produção turística, tendo, portanto, parte de sua economia associada ao turismo). Em todos os quatro estágios acima relacionados a sustentabilidade é transversal, além de se apresentar em distintas realidades e formas de aplicabilidade nos diferentes destinos turísticos. Por fim, vale evidenciar que Costa (2013) traz uma reflexão inovadora ao conciliar essa classificação hunteriana à compreensão de que destinos diferentes devem ser tratados de maneiras diferentes em busca da sustentabilidade do turismo, e que o ponto em que se encontram em sua trajetória é crucial para essa atuação mais situada.

Com relação à parte II da obra, como mencionado, a autora (2013) opta por “mergulhar” em assuntos específicos, mesmo porque a sustentabilidade é um conceito “guarda-chuva” e que abriga múltiplos temas. Primeiramente é realizada uma reflexão sobre a importância da governança no turismo, cujo processo possui papel fundamental ao colaborar na mediação de conflitos inerentes em qualquer destino turístico, bem como pode viabilizar condições necessárias e inteligentes para a gestão dos recursos. Os desafios da governança são inúmeros, no entanto vale sublinhar: a necessidade de instituições políticas mais transparentes e eficientes, consistência nas políticas públicas e no marco regulatório e maior incentivo à criação de parcerias entre Estado, setor privado e sociedade civil. O segundo “mergulho” se refere à mensuração de indicadores de sustentabilidade. Tais indicadores, embora sejam criticados de maneira geral na literatura, principalmente em função de corresponderem parcialmente a uma dada realidade (VAN BELLEN, 2005), são relevantes a partir do momento que contribuem na tomada de decisão no planejamento, gerenciamento e monitoramento de ações. No caso do turismo, Costa (2013) evidencia, com respaldo da OMT (Organização Mundial de Turismo), a necessidade da aferição de indicadores de sustentabilidade específicos, tais como para zonas costeiras, destinos de praia, sítios ecológicos naturais e sensíveis, comunidades próximas a áreas protegidas, entre outros. Com relação ao terceiro tema específico, a autora (2013) contextualiza os princípios da Responsabilidade Social Empresarial (RSE), bem como traz exemplos de iniciativas voluntárias, certificações, selos e premiações, tanto no nível dos destinos quanto das empresas. Estas, por sua vez, também ocupam um lugar de destaque entre os temas específicos escolhidos. Costa (2013) apresenta um breve retrato das micro e pequenas empresas (MPE) do turismo, mesmo porque as MPE são os principais motores da economia brasileira, realidade esta não diferente no setor turístico. Hoje existem mais de seis milhões de MPE, correspondendo, por sua vez, a 99% do total das empresas formais do país, empregando mais da metade da mão-de-obra e cuja massa salarial chega a 40% (SEBRAE, 2012). É preciso ressaltar que o fato de possuírem menor porte (em relação ao número de funcionários, por exemplo), não quer dizer necessariamente que são mais

¹ Em 1980 Butler propôs o modelo TALC (Tourism Areas Life Cycle), que apresenta basicamente a relação do número de turistas versus tempo em distintos estágios de evolução dos destinos turísticos. Embora bastante criticado, o TALC ainda é um dos modelos mais citados na literatura.

sustentáveis, degradando menos. Pesquisas neste sentido ainda são escassas, porém é indiscutível que existem impactos negativos e positivos. Para a autora (2013), as relações de cooperação entre as MPE do turismo são essenciais para a boa governança e competitividade das próprias empresas e dos destinos turísticos, proporcionando desenvolvimento social nas respectivas comunidades locais e tendo como princípio norteador nesses processos a sustentabilidade. Para finalizar, Costa (2013) discute a conservação da biodiversidade e inclusão social no que tange ao turismo em áreas protegidas e seus entornos. Questionamentos são recorrentes no texto. Entre eles, no tocante às áreas protegidas, cabe perguntar se: “[...] é preciso protegê-las dos homens ou para os homens?” (COSTA, 2013, p. 144). Conflitos nesses tipos de áreas também existem, sobretudo quando as ditas populações tradicionais que moravam em tais áreas são alijadas para dar lugar a um espaço delimitado por lei e que inclusive é apropriado por pessoas de fora: turistas e visitantes. De todo modo, a autora (2013) destaca que apenas o turismo não pode ser responsável por todas as demandas de desenvolvimento no entorno de áreas protegidas. Isto porque, além de o turismo ser um legítimo vetor de desenvolvimento sustentável, com base nos pilares ambiental, social/cultural e econômico, é indissociável sua relação entre sustentabilidade e competitividade.

Embora a proposta de formato da obra seja do tipo “livro de bolso”, com limitação do número de páginas e conseqüentemente um aprofundamento teórico mais extensivo, acredita-se que Costa (2013) poderia ter registrado algumas ressalvas, quais sejam: i) De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), existem algumas Unidades Conservação (UC) da Natureza que possuem mais limitações em termos de visitação pública em relação a outras (BRASIL, 2004). A autora (2013) apresenta no Quadro 10 que na Reserva (sic) ecológica² e na Reserva Biológica a visitação pública é proibida. O que a Lei n. 9.985 (“Lei do SNUC”) dispõe é que no caso da Estação Ecológica e da Reserva Biológica a visitação pública é sim proibida, com exceção quando os fins são educativos e conforme estiver disposto em Plano de Manejo da UC e/ou regulamento específico; ii) Assim como foi citada a profusão de conceitos relacionados ao turismo sustentável, faltou mencionar que também existe uma profusão de conceitos em relação ao Turismo de Base Comunitária (TBC), conceito este trocado uma vez no texto por “turismo comunitário”. Embora não haja um consenso, na literatura encontra-se, além do próprio TBC, os seguintes termos: a) Turismo comunitário, b) Ecoturismo de Base Comunitária, c) Turismo Étnico de Base Comunitária e d) Turismo comunitário, solidário e sustentável (HALLACK; BURGOS; CARNEIRO, 2011); iii) Considerando que na maioria dos temas apresentados havia contextualização quanto aos casos brasileiros, poder-se-ia também fazer menção no que se refere à discussão sobre certificação/selos, pois isso tem avançado bastante no país e iv) Por fim, e tomando por base que o livro é destinado principalmente a iniciantes no tema, acredita-se que seria melhor deixar ainda mais clara ao leitor a importância de práticas de um turismo mais sustentável nos espaços urbanos, onde a maior parte da população mundial vive e está sujeita a problemas desde a falta de saneamento básico à precariedade das possibilidades de mobilidade urbana, cujos impactos negativos sobre as pessoas e o ambiente são preocupantes. A autora (2013) cita que o turismo sustentável não depende de qualquer segmento turístico, especialmente àqueles vinculados à natureza/meio rural. Contudo, o texto final sobre áreas protegidas na seção “mergulho” apenas exemplifica aquelas UC distantes da urbe, quando na verdade o meio urbano também tem natureza e existência (bem ou mal) de conservação amparada pela referida “Lei do SNUC”. Os parques nacionais urbanos também são alvos de conflitos e degradação

2 De acordo com o SNUC essa UC é denominada “Estação ecológica”, e não “Reserva ecológica”, como consta no Quadro 10 do livro.

ambiental, como é o caso do Parque Nacional da Tijuca (Rio de Janeiro) e o Parque Nacional de Brasília (Distrito Federal). Tais UC localizadas em zonas urbanas mereciam, portanto, uma ressalva na obra, ainda que fosse pequena, mas que teriam força no sentido de possivelmente “desmistificar” aos iniciantes no assunto que as UC não são apenas aquelas que estão em áreas rurais, distantes dos grandes aglomerados populacionais.

Diante do que foi exposto, é preciso salientar que de maneira geral e com linguagem acessível, Costa (2013) discorre o texto de forma bastante crítica e com respaldo de uma fundamentação teórica pertinente. Inclusive ela se apropria de literatura internacional para propor reflexões e trazer exemplos no âmbito da sustentabilidade (ou não) de determinados destinos turísticos, como Venezuela/Itália, Reino Unido, África, Austrália, entre outros, além de empresas do setor.

Com efeito, e parafraseado o escritor francês Júlio Verne (1828-1905), pode-se afirmar que a obra sob análise é uma “Volta ao Mundo do Turismo Sustentável em 164 páginas”, pois Costa (2013) relata experiências do Brasil e de demais partes do mundo, criando um sólido diálogo inter e multidisciplinar com diversos pesquisadores da área, cumprindo com um dos objetivos do próprio livro. Ademais, a escolha do tema em questão é bastante acertada, pois o mesmo é ainda pouco encontrado no Brasil em publicações como essas. Acredita-se, portanto, que a leitura é recomendável não apenas para estudantes que estão iniciando a carreira acadêmica na esfera do turismo, como também para professores, pesquisadores, profissionais de turismo e demais leitores interessados no tema.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5. ed. aum. Brasília: MMA/SBF, 2004.

HALLACK, Nathália; BURGOS, Andrés; CARNEIRO, Daniela Maria Rocco. Turismo de base comunitária: estado da arte e experiências brasileiras. *Ambientalmente sustentável*, ano VI, vol. I, n. 11-12, janeiro-dezembro, 2011.

SEBRAE. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Índice de Competitividade do Turismo Nacional – 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – Relatório Brasil 2011. Brasília: SEBRAE, 2012.

VAN BELLEN, H. M. Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.